

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS EM DOIS BAIROS PERIFÉRICOS NA REGIÃO SUL DE CAMPO GRANDE - MS

Eduarda Soares Vieira Ramos – soareseduarda628@gmail.com – E.E Teotônio Vilela

Orientador: Carlos Cesar Gonzalez de Luna – email – karloscegonzales@gmail.com – E.E Teotônio Vilela e pesquisador do Centro de Educação Ambiental Genesis

Área/Subárea: **Ciências Humanas; Sociais Aplicadas e Linguística- Arquitetura e Urbanismo** Tipo de Pesquisa: (Científica)

Palavras-chave: Ocupação do solo; Segregação socioespacial; Injustiça ambiental.

Introdução

Estudos sobre o processo de urbanização brasileira mostram que ele foi marcado pela exclusão social e segregação espacial. (MARICATTO, 1996; ROLNICK, 1982; ABREU, 2008)

Brazil (2013) ao estudar a urbanização organizou uma periodização que abrange os seguintes períodos:

- 1902 a 1930, organização do centro do Distrito Federal e ocupação do subúrbio e favelas;
- 1930 a 1945, intensificação da ocupação das favelas nos morros;
- 1945 a 1970, início da ocupação dos loteamentos clandestinos;
- 1970 a 1990, destruição das favelas e construção dos conjuntos residenciais;
- 1990 em diante, ocupação de locais inadequados como encostas, beira de rios, ecossistemas frágeis, favelas localizadas nas periferias.

Em cada um deles é possível identificar como os distintos momentos de evolução do capitalismo determinaram a organização do solo urbano e sua ocupação

A urbanização brasileira teve como traço marcante o surgimento e o agravamento de inúmeros problemas sociais urbanos, que eclodiram à medida que as cidades cresceram rapidamente e se expandiram de maneira desordenada, sendo a ilegalidade em relação à propriedade da terra o principal agente da segregação ambiental e daí à exclusão social, no campo ou na cidade. (MARICATO, 1996).

Dessa forma, a dinâmica de urbanização nas regiões periféricas, através da ocupação ilegal e predatória da terra urbana, faz com que grande parte das áreas urbanas de risco e proteção ambiental, tais como as margens dos cursos d'água, esteja ameaçada pelas ocupações precárias de uso habitacional de baixa renda, por absoluta falta de alternativas habitacionais, seja via mercado privado, seja via políticas públicas sociais (MARICATO, 2003).

A análise se faz necessária tendo em vista a pressão sobre o solo urbano e o aprofundamento das injustiças ambientais.

No Brasil, as injustiças ambientais encobrem um conjunto de situações que são caracterizadas pela distribuição desigual de poder sobre a base material da vida social e do desenvolvimento, surgindo principalmente através da apropriação elitista, do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento (ACSELRAD et al., 2010).

Nesse sentido, o presente trabalho compreende uma comparação de ocupação do solo em dois bairros periféricos da região sul de Campo Grande – MS ocupados em momentos distintos. Ambos podem ser considerados zonas de sacrifício, com um quadro de injustiça ambiental, por serem regiões demarcadas de inúmeros problemas socioambientais devido ao baixo valor imobiliário, nas quais as populações optam por morar, justamente por ser mais acessível financeiramente. O primeiro, trata-se de uma área marcada por ocupações desordenadas em área pública notada por numerosa desigualdade social e agravada por situações insalubres de sobrevivência, além de degradação ambiental.

Trata-se, portanto, de região com infraestrutura precária e em construção, sendo objeto de importantes conflitos sobre a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) (BORELLI, 2011).

Já o segundo, trata-se de um conjunto habitacional que, apesar de o bairro proporcionar moradias à população local, os problemas que o mesmo sofre são inúmeros, tais como: falta de pavimentação asfáltica que, quando chove, causa grande quantidade de lama e erosões em muitas ruas, impedindo a locomoção de veículos e pedestres, ademais do acúmulo de água parada que provoca epidemias devido à falta de saneamento.

Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa no campo da urbanização. Segundo Mucchielli (1991, p. 3): Os métodos qualitativos são métodos das ciências humanas que pesquisam, explicitam, analisam, fenômenos (visíveis ou ocultos).

Refere-se de um estudo comparativo, cujos locais escolhidos são os bairros Jardim Paulo Coelho Machado (JPCM) e Conjunto Habitacional Ramez Tebet (CHRT), localizados na região sul da capital sul-mato-grossense. Os locais foram escolhidos em virtude do elevado índice de problemas socioambientais.

A primeira etapa foi à construção de referenciais teóricos, sendo destacados os seguintes conceitos: segregação espacial, exclusão social, zona de sacrifício e injustiça ambiental.

A segunda etapa foi levantamento histórico de como foi realizado a ocupação e distribuição dos imóveis nas comunidades. Para o levantamento dos dados históricos de ocupação foram consultados a secretaria Planejamento Urbano de Campo Grande, Agencia Municipal de Habitação (EMHA) e a Agência de Habitação Popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB). Em seguida, optou-se por registros fotográficos como fonte de estudo para demonstrar os variados problemas de infraestrutura, sociais e ambientais, existentes nas comunidades.

Segundo HARPER, (2000) as fotografias podem produzir dados que ampliam nossa compreensão sobre processos sociológicos, vez que “gravam detalhes que podem instigar os expectadores a refletirem sobre realidades culturais mais amplas”. Após o levantamento fotográfico foi aplicado 108 questionários junto aos moradores dos bairros, que incluía questões para identificar o perfil socioeconômico, problemas de infraestrutura e casos de doenças endêmicas.

Após a aplicação dos questionários foi realizado a tabulação e triangulação dos resultados para compilar a análise das informações obtidas através de gráficos.

A análise dos resultados identificados, tomando como base os indicadores de injustiça ambiental e zonas de sacrifício.

Indicadores e Análise

A pesquisa mostrou vários problemas de injustiça ambientais, como: saneamento, lixo, poluição hídrica e violência.

O processo de ocupação dos bairros aconteceu no mesmo período, mas distribuídos de formas diferentes, o JPCM foi registrado entre 2011 e 2017 dividindo em três períodos. O primeiro e o segundo aconteceram entre 2011 e 2012 com distribuição de casas populares, já a terceira em 2017 decorrentes por invasões em terrenos abandonados, enquanto que a ocupação do CHRT foi registrada em 2011, com entrega de 316 casas às famílias participantes do programa ‘Mudando para Melhor’, este atende as pessoas que residem em área de intervenção urbana ou em habitações subnormais.

Através dos registros fotográficos, foi possível identificar nas comunidades as semelhanças nas regiões de ocupação, marcada por injustiças ambientais e problemas de infraestruturas que, porém, divergem na forma de ocupação. O CHRT ocorreu de forma regular, com entrega de casas populares, pertencente a programas sociais de habitação; e a terceira parte da ocupação do JPCM ocorreu de forma irregular, com uma porção territorial invadida sem alto valor imobiliário, caracterizada como o ato pelo qual grupo de pessoas que se apossaram por ter um baixo poder aquisitivo.

A região invadida no JPCM está localizada próxima a uma área de preservação ambiental, onde os moradores desmataram uma parte para construir suas moradias, sendo essas constituídas por meio de restos da construção civil. As casas são feitas de latas, papelões, restos de madeiras e compensados usados, enquanto que no bairro CHRT localizado próximo ao Córrego Lajeado caracterizado por moradias construídas de forma comum, sem tantas irregularidades em sua estrutura.

As condições físicas que os bairros passam são graves e desprezíveis, as ruas danificadas por erosões, formadas pela falta de galerias pluviais que resultam também no acúmulo de água e/ou acúmulo de lixo, conseqüentemente, doenças por veiculação hídrica, por exemplo: a dengue.

Quanto ao lixo, vale ressaltar, que ambos os bairros possuem índice elevado de descarte incorreto, tanto nas vias públicas, áreas verdes e córregos. Os tipos de resíduos são variados, abrange tanto da construção civil e domiciliar.

Após levantamento de dados, foram contatadas as características socioeconômicas que: 90% dos moradores possui em média de 1 a 2 salários mínimos mensal, no que se refere à faixa de escolaridade, boa parte dos entrevistados possui o ensino fundamental incompleto sendo o CHRT com 37,0% e o JPCM com 35,2%, e 60% dos entrevistados estão desempregados ou trabalham de maneira informal. As principais dificuldades relatadas pelos moradores estão na infraestrutura, como a falta de: asfalto, ponto de ônibus coberto, limpeza das vias, iluminação e a segurança pública, haja vista que os moradores não se sentem seguros com tanta violência. Em relação aos casos de doenças endêmicas, compreendeu-se que nos bairros mais de 50% dos entrevistados já tiveram casos de dengue na família.

Considerações Finais

O trabalho permite verificar os principais problemas socioespaciais e ambientais que afetam o dia a dia dos moradores locais, sendo estes ocasionados pela dinâmica de ocupação e, juntamente, com crescimento da cidade que implica numa densa e “desorganizada” urbanização no sentido de destinar cidadãos de baixa renda para áreas distantes da região central da capital sul-mato-grossense, esses são alocados nessas regiões, por vezes, devido ao custo baixo ou desvalorização do solo, sendo este fator também denominado de zona de sacrifício, em que as pessoas mudam para tal região mesmo sabendo dos problemas a serem enfrentados; bem como terrenos que, eventualmente, são áreas de preservação ambiental ou de risco.

Isso resulta em diminuição da qualidade de vida da população, especialmente, a qualidade ambiental da localidade. Ainda, foi possível constatar por meio do levantamento de dados durante a primeira parte da pesquisa de campo que, os problemas identificados, tanto socioespacial quanto ambiental, são comuns e frequentes em ambas localidades da região sul da capital sul-mato-grossense. Ou seja, são comunidades periféricas diferentes entre si no sentido relacionado à ocupação do solo, porém, no quesito de adversidades socioespacial e ambiental são confluentes, a exemplo: ruas com cavidades profundas o suficiente para acumular água e, conseqüentemente, torna-se alvo de doenças endêmicas; falta de asfalto e pavimentação, dentre outros casos graves a serem levados em consideração. Portanto, um meio para a resolução de tais problemas seria a atuação ativa ou intervenção dos órgãos públicos, a mobilização deste de modo a implementar melhorias tanto na infraestrutura quanto em outras dificuldades igualmente pontuadas.

Referências

ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA. **Pensando a cidade no Brasil do passado**. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 145-184.

ACSELRAD H, HERCULANO S E PÁDUA JA. 2004. **A Justiça Ambiental e a Dinâmica das Lutas Socioambientais no Brasil: uma introdução**. In: HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (org.). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford.

BORELLI, Elizabeth. **Transformações Urbanas e Desigualdade Ambiental na Grande São Paulo**. 2011. P. 1- 18. Área Temática: Ciências Sociais e Desenvolvimento. São Paulo, 2011.

MARICATO, E. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, ago. 2003.

MUCCHIELLI, R. (1991). **Les Méthodes Qualitatives**. Paris: Presses Universitaires de France.

ROLNIK, R. **Exclusão Territorial e Violência**. São Paulo em Perspectiva, v. 13, n. 4, 1999. Disponível em: Acesso em: 21 mar. 2014